

DA ACCÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA

186

Nasceu a Acção Católica Portuguesa sob o signo do social.

Em 1931, (15 de Maio), na *Quadragesimo Anno*, Pio XI, traçando os princípios gerais sob que haveria de se fazer a reforma social que se impunha, impelia o clero e os católicos leigos a entregarem-se decididamente à acção social — dever de consciência para todos.

Em 1932, (23 de Novembro) o actual Presidente do Conselho, num discurso que se tornou celeberrimo, dava o «Golpe de misericórdia» no Centro Católico, orientava os católicos no sentido de dirigirem a sua actividade à acção social «tão atrazada e tão urgente neste País», pois «só traria vantagens para o País a transformação do Centro em vasto organismo dedicado à Acção Social».

Em 1932-1933, faziam-se em Lisboa, no Seminário dos Olivais reuniões do clero preparatórias da organização da Acção Católica. Nessas reuniões tomava parte decisiva o Cónego Cardyn — o homem que tinha trazido providencialmente à Igreja a técnica e a alma da acção social nos meios operários, e cuja obra, já então notável, Pio XI acabava de consagrar solemnemente na *Quad. Anno*.

Foi neste ambiente que em 1933 (20 de Novembro), o Episcopado Português lançava oficialmente as Bases da Acção Católica, dando-lhe, desde logo, largas possibilidades sociais, para assim corresponder ao apelo da Igreja, do próprio Estado e da imensa maioria dos católicos. Enviadas as Bases à aprovação superior do Santo Padre, logo Pio XI se apressou não só a dar-lhe inteira aprovação, como a traçar-lhe orientação bem precisa: catequese e larga acção social.

Neste fervor pelo social ensaiou a Acção Católica os primeiros passos. E poucos meses depois, (Maio de 1934), fundava a Acção Católica o quinzenário «O Trabalhador», destinado às classes operárias.

Entretanto tinha-se transformado já a antiga *Democracia Cristã* na *União Social Católica*, com sede em S. Tiago, e dela nasciam, em 1934, o *Serviço Sanitário e Social* e a *Cooperativa Popular de Portugal*, com capacidade para se estenderem a todo o país.

No campo social, no que respeita a organizações básicas, não se poderia ir mais além. Em 23 de Setembro de 1933, dois meses antes do lançamento da Acção Católica, o Estado lançara com efeito a *Organização Corporativa*, impedindo assim qualquer outra organização que não fosse a oficial, forçosamente neutra. Mas a Acção Católica,

criou imediatamente o *Secretariado Económico-Social*, para estabelecer relações com os Sindicatos e Grêmios e assim os poder auxiliar no campo dos princípios cristãos que, num País de católicos, deveria orientar a sua actividade. A história dirá um dia até que ponto e durante quanto tempo o Secretariado pode cumprir ou soude cumprir sua Missão.

A União Social Católica, organização de católicos no campo social, não correspondia, porém, às novas orientações da Santa Sé nem às Bases da Acção Católica. Foi, por isso, transformada na *Liga Operária Católica*, que criou uma secção destinada à juventude operária, de que viria a sair a J. O. C. Os estatutos da Liga Operária Católica foram aprovados por decreto do Ministro do Interior, adquirindo assim personalidade jurídica e competência para aparecer como tal perante o governo.

Lançadas as bases de uma eficiente acção social, logo o movimento se espalhou por todo o País, de tal maneira, que, em 1941, isto é, 7 anos depois, se pode realizar com pleno êxito a solene comemoração do cinquentenário da *Rerum Novarum*, reunindo 70.000 a 80.000 operários e patrões no Palácio de Cristal do Porto (estimativa geral dos jornais diários).

Dois anos depois, em 3 e 4 de Outubro de 1943 — décimo aniversário da Acção Católica, realizava esta uma grandiosa peregrinação operária a Fátima, tendo reunido na Cova da Iria 6.000 operários (só homens) apesar da mobilização geral de transportes e tropas que naquela altura o Governo decretara. O entusiasmo era tanto que partiram caravanas de operários a pé de todos os distritos de Portugal, numa romagem memorável, cujos efeitos, em muitos, ainda perduram.

Estavamos, porém, em plena guerra. A ameaça do exterior tornara-se realidade. Ao Governo convinha velar pela «unidade» interna do país. E, quando, em Dezembro de 1942, a Liga Operária Católica, por decisão da sua Assembleia Geral, na qual estavam representadas todas as Dioceses, enviou oficialmente ao Governo uma petição a pedir, em nome dos operários católicos, a instituição do salário familiar, este devolveu-lha dizendo que não podia reconhecer a Liga Operária Católica competência para tratar de interesses profissionais, pois existiam, para o efeito, os Sindicatos Nacionais.

Desde este momento, nova orientação haveria que seguir a Acção Católica no campo social.

atividade social propriamente dita e lançar-se no campo doutrinário. As profundas modificações que se operavam no mundo nesta altura vieram convencer a muitos de que as orientações de há 10 anos, tinham sido ultrapassadas. É cedo de mais para se julgar se com razão, se sem ela.

Perante as novas realidades a Acção Católica continuou cumprindo a sua função doutrinadora.

Tinha realizado já, em Junho de 1940, a Primeira Semana Social, na qual se versara o tema sugestivo de os *Aspectos Fundamentais da Doutrina Social Cristã*. Ia agora responder-se às ansiedades do momento — o da guerra e das suas incertezas — com a segunda Semana Social de Coimbra, em Março de 1943, sob o tema: *Bases Cristãs duma Ordem Nova*. E nesta orientação se seguiu, realizando depois a 3.ª Semana Social no Porto.

Entretanto os diferentes organismos da Acção Católica não ficaram inactivos.

Os homens organizavam o seu Congresso para estudar as *Responsabilidades Actuais do homem católico*; Os professores primários faziam também os seus cursos e a sua grande assembleia, e a Juventude Católica organizava os seus estudos. Os Universitários faziam finalmente o seu 1.º e impressionante congresso.

Seria longo e fastidioso enumerar as muitas iniciativas no campo social levadas a efeito durante estes 20 anos. Algumas delas, apagadas e sem sequência, foram no entanto esplêndidas manifestações do ardor e do entusiasmo que a Acção Católica ia despertando nas consciências renovadas dos católicos de todas as idades e condições.

Muitos há que atiram pedras à Acção Católica pela sua actividade no campo social. Uns porque foi longe de mais; outros porque nada se fez. Uns porque avançou tanto, que, por pouco se contaminava de ressaibos marxistas; outros porque, falhando à sua missão, se conformou com um estado de coisas sociais que deixam muito a desejar.

Aos primeiros, poderia a Acção Católica responder que, se há ainda operários católicos em Portugal, conscientes das suas responsabilidades católicas e impermiáveis ao espírito marxista das direitas ou das esquerdas; e se há patrões católicos que pensam já nas suas responsabilidades sociais e as querem enfrentar, só à Acção Católica se deve. Aos outros, bastaria responder que apareçam e se mostrem os que já foram capazes

Um dia se poderá fazer a história completa destes 20 anos. Por agora, um pequeno esboço parece suficiente para darmos graças a Deus pela existência da Acção Católica e pelo muito que ela fez, mesmo neste campo social, onde aparece tão pouco brilhante aos olhos dos críticos.

passado, pode ela, continuar a fazer o que mais ninguém o fará se ela o não fizer: formar cristãmente a gente moça para que o Portugal de amanhã seja um Portugal autenticamente cristão, isto é, não apenas de estatísticas ou de culto, mas de justiça e de paz sociais, como manda a Evangelho.

Tenho para mim que a Acção Católica fez mais do que as possibilidades lho permitiam, pelo que o seu inicial ímpeto generoso se foi quebrar de encontro às realidades. Refeita, porém, das incertezas, recomposta dos fracassos, revigorada por sangue novo e enriquecida com as experiências do